

Os prólogos de João de Barros: defesa de conceitos com tributo à antiguidade*

JOÃO MANUEL NUNES TORRÃO

Universidade de Aveiro

Quem lê, ainda que de forma despreocupada, a obra de João de Barros, poderá estranhar nas *Décadas*, os capítulos introdutórios a que ele, nas três primeiras, chama *Prólogo* ou *Apologia em lugar de Prólogo*, como acontece na *Década IV*, publicada postumamente.

Note-se que João Baptista Lavanha, o editor desta última década de João de Barros, apesar de se queixar do mau estado em que encontrou os papéis que deviam servir para a quarta década, não tem dificuldades em confessar que encontrou a apologia "*escrita de sua mão*" e que não lhe mudou "*nem huma coma, por conservar intacto o que este excelente Varão, e honra de Portugal, deixou acabado*".¹

* Este texto, com ligeiras alterações, foi pronunciado em Viseu, em Dezembro de 1996, a convite da Biblioteca Municipal, num ciclo de conferências comemorativas do 5.º Centenário do nascimento de João de Barros.

¹ Todas as citações de textos da *Ásia* de João de Barros serão feitas pela edição da Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1973, que reproduz a edição de 1777, mas em que o primeiro volume traz, certamente por gralha, a data de 1778.

Uma vez que nos limitaremos a fazer citações dos prólogos, dispensaremos a remissão para as páginas, indicando apenas o prólogo a que pertence o texto em questão.

Assim, ao contrário do que sucederá ao longo da última década, poderemos ter a certeza de que se trata de texto de João de Barros e isso não deixa de ser significativo no contexto dos prólogos.

Mas, antes de avançarmos mais, convém enquadrar um pouco o contexto em que surgem estes prólogos.

Em primeiro lugar, vejamos, rapidamente, qual o significado que as palavras teriam para João de Barros. Assim, a palavra **prólogo** vem do grego *πρόλογος* que significa 'o que vem à frente de uma exposição' e usava-se essencialmente para designar a parte de uma peça de teatro (tragédia ou comédia) que antecedia a primeira aparição do coro, ou então, em termos mais gerais, para significar uma exposição preparatória de um assunto que se ia desenvolver². Por outro lado, a palavra **apologia** também deriva do grego *Ἀπολογία* e significa 'defesa', 'justificação'. No Novo Testamento aparece com o significado de 'defesa' e, mais tarde, assume também o valor de 'elogio'. Em português, utilizava-se, desde o século XV, como equivalente a 'um discurso ou advertência breve que antecede uma obra escrita'.

Podemos, pois, verificar que, com exceção do valor de 'elogio', os textos de João de Barros se enquadram perfeitamente nos conceitos comumente aceites para estas duas palavras.

Em seguida, não podemos esquecer que estamos perante um autor português do século XVI, profundamente imbuído do espírito renascentista que, como se sabe, e em traços muito gerais, pretendia recuperar os grandes valores da antiguidade clássica que, na opinião generalizada da época, se tinham perdido ao longo dos séculos anteriores. Além disso, João de Barros aparece como mais um dos autores que sente dentro de si um conflito que se tornou quase um tópico entre os escritores do século XVI: a necessidade de dar a conhecer ao mundo os grandiosos feitos que os Portugueses tinham realizado em terras do Oriente e que corriam o risco de ficarem no esquecimento se não houvesse alguém que os divulgasse.

² Cf. Aristóteles, *Rhet.*, 3.14.1.

Lembremos que outros autores afloram de uma maneira ou de outra esta ideia ao longo de quase todo o século. Assim, logo quase no início, Cataldo Parisio Sículo, que tinha vindo para Portugal para ficar ao serviço da corte, escreve um poema em latim sobre a conquista de Arzila e Tânger para, também ele, divulgar ao mundo os feitos gloriosos dos portugueses que tinham começado exactamente pela conquista do norte de África, para se irem progressivamente alargando até alcançarem quase todo o mundo. Como se sabe, também Ângelo Poliziano veio oferecer os seus préstimos ao rei de Portugal para desempenhar o papel de divulgador dos feitos portugueses a troco naturalmente de boas recompensas. Mas se esta última oferta não chegou a dar frutos, o mesmo não aconteceu com o Bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, que escreveu em latim a história do reinado de D. Manuel com o objectivo explícito de a divulgar por toda a Europa, na língua que então servia para os contactos internacionais. Não poderíamos esquecer, como é óbvio, Luís de Camões que, ao compor *Os Lusíadas*, também não anda longe desta ideia embora com as limitações de utilizar a língua portuguesa.

Embora em sentido mais lato, poderemos encontrar toda uma série de informações sobre este assunto na comunicação inaugural do congresso *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos* apresentada por Américo da Costa Ramalho³ e na conferência proferida no mesmo congresso por Jorge Alves Osório.⁴

O próprio João de Barros se mostra sensível a esta divulgação fora de Portugal já que, no final da apologia na última década, quando se mostra desiludido com o acolhimento que a sua obra teve entre os nacionais e, como tal, se considera desobrigado de cumprir o plano inicial a que se tinha proposto, deixa, mesmo assim, uma porta aberta a essa concretização, mas apenas por causa dos estrangeiros:

*porque, quando fiz a tal promessa, parecia-me que podia achar
em meus naturais aquela aceitação, que Lucílio achava nos seus*

³ Américo da Costa Ramalho, "Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos" in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Congresso Internacional. Actas.* (Coimbra 1993) 17-36.

⁴ Jorge A. Osório, "Humanismo e História" *ibidem*, 461-483.

Cosentinos e Tarentinos, pera os quaes elle dizia sómente escrever, e não pera estranhos. Mas pois meus naturaes com suas palavras me desobrígram das minhas, não me podem obrigar pola lei da obrigação dellas; pois a mesma lei quer que não haja obrigação onde não ha aceitação. E porque nesta parte estou mais obrigado aos estranhos, que a elles, por lhe serem meus trabalhos mais acceptos; pera os satisfazer no que esperam de mim, concerto a minha penna a estes, que me querem, escrevendo a Geografia de todo o orbe descuberto, e as gentes delle.

Esta queixa amarga e desiludida de João de Barros tinha, a confiar no texto da apologia, muitas razões de existir, mas, como teremos oportunidade de ver, não deveria ter tido tanto impacto no autor porque este, desde o prólogo da segunda década, previra sérias dificuldades no acolhimento da sua obra.

Lembremos um lamento algo semelhante feito por Camões, no final do canto VII, ainda que por razões diferentes:

*E ainda, Ninfas minhas, não bastava
Que tamanhas misérias me cercassem,
Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prêmio de meus versos me tornassem:
A troco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram!*⁵

Este aspecto, para além de toda a carga de realidade que certamente teria, não deixava, porém, de ser um tópico literário que já vinha da antiguidade. De facto, já Salústio, no início da *Conjuração de Catilina*, prevê que os seus leitores terão alguma dificuldade em aceitar a obra:

*Ac mihi quidem, tametsi haudquaquam par gloria
sequitur scriptorem et auctorem rerum, tamen imprimis arduum
uidetur res gestas scribere: primum quod facta dictis
exaequanda sunt; dehinc, quia plerique, quae delicta
reprehenderis, maliuolentia et inuidia dicta putant; ubi de magna*

⁵ Os *Lusíadas*, 7. 81.

*uirtute atque gloria bonorum memores, quae sibi quisque facilia factu putat, aequo animo accipit, supra ea ueluti ficta pro falsis ducit.*⁶

Quanto a mim, embora seja uma glória desigual a que segue o escritor e o autor das coisas, parece-me, contudo, demasiado árduo escrever a história: primeiro, porque é necessário fazer equivaler as acções e a linguagem, depois, porque a maioria das pessoas considera que foi por malquerença e inveja que foram apontadas as faltas que se criticam; e, quando se recorda a grande virtude e a glória dos bons cidadãos, qualquer um aceita, de bom grado, o que julga fácil para si mesmo, mas, o que vai para além disso, considera-o falso, como se fora inventado.

João de Barros não se encontra muito longe desta concepção porque, na segunda década, apressa-se a dizer:

Com tudo bem sabemos, que a todos não podemos aprazer; porque se em os materiaes edificios vemos, que o filho nascido, e creado nas casas do pai, tanto que as herda, lhe muda a janella, a porta, a camara, e troca tudo ao seu juizo, por lhe desaprazer o daquele que o gerou: que se pôde esperar do edificio das letras .

e, um pouco mais adiante continua:

E esta salva, não he por salvar nossos erros; mas porque se saiba, que ante de tirarmos este nosso trabalho á luz, já nos davamos por condemnado no juizo de muitos; porque ao tempo que inquiriamos, e buscavamos as achegas pera elle, se fallavamos com mareantes, tudo queriam que fosse da sua profissão: contar da viagem , e naufrágios; o Cavalleiro, que escrevesse sómente os autos de seu officio; o Geografo a situação da terra; o Mercador o preço, e pezo das couzas; o Curioso a variedade, e costumes das gentes.

É com base nestes problemas, que desde cedo começaram a ser notados, que João de Barros aponta um dos tópicos nos quais baseará a sua obra:

⁶ Salústio, *De coniuratione Catilinae*, 3.

E por nós trabalhamos em seguir mais as regras da Historia, com aquelle dito de Apollo: De nenhuma cousa muito, que satisfazer ao requerimento de tantos: se em tudo não aprouvermos, ao menos será em dar materia a alguns de poderem emendar, e murmurar, que he a mais doce fruta da terra, e assi seremos aprazivel a todos, a huns pera louvarem o bem dito, e outros pera terem que dizer do mal feito.

Não deixa de ser curiosa a parte final do texto com que termina o prólogo da segunda década, mas esta tomada de posição deveria, em princípio, prevenir a desilusão perante as reacções do público, o que acabou por não se verificar, como já tivemos oportunidade de ver.

A título de curiosidade, confronte-se uma passagem com um teor idêntico, escrita por D. Jerónimo Osório, no *De rebus Emmanuelis gestis*⁷ e que, com particular incidência no início, se encontra bastante próxima do texto de Salústio que acima apresentámos. O excerto é um pouco longo, mas vale certamente a pena prestar-lhe um pouco de atenção:

At, ut est captus hominum, id plerumque euenire cernimus ut tantum quisque credat, quantum se uiribus aut ingenio praestare posse confidit. Quidquid uero communem usitatem uirtutis et industriae modum superat, id nullo modo prorsus admittit. Contra uero, qui nullum modum ambitioni statuunt aegerrime patiuntur, si eorum gentiles minime fuerint immodicis laudibus illustrati. Quod cum apud alias nationes fieri solitum sit, tum apud Lusitanos tantam plerumque offensionem historiae scribendae munus affert ut omnium tela in eum, qui tantum facinus audet, adhaerescant. Id quidem non ita pridem satis experti sumus in historia, qua Damianus Goesius res uirtute et auspicio et incredibili felicitate Emmanuelis Regis inuictissimi Patris tui gestas patrio sermone complexus est. "Res", inquit ille, "maiorum meorum non perinde atque illorum merita postulabant exornauit." Alius uero, "labem generi nostro et antiquo splendori nobilitatis aspersit." Alius postremo, "hoc aut illud quod erat ad laudem nostri nominis insigne, praetermisit."

Mas, como se depreende da humanidade, vemos que, na maior parte das vezes, sucede que cada um apenas acredita

⁷ O título completo é: *De rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae Inuictissimi uirtute et auspicio gestis libri duodecim*.

naquilo em que, em sua opinião, ele próprio se pode superiorizar pelas suas forças ou pela sua inteligência; quanto àquilo que, na verdade, supera o uso comum da virtude e a medida habitual do esforço, isso de modo algum o admite sem dificuldade.

Em contrapartida, porém, aqueles que não estabelecem nenhum limite para a sua ambição, suportam com muito custo que os seus familiares não sejam celebrizados com desmedidos louvores. E esta situação, embora seja habitual entre as outras nações, traz, entre os Lusitanos, tão grande perigo ao ofício de narrar a história que os dardos de todos se encaminham para aquele que se arrisca a tão grande façanha.

Isto mesmo já o vimos à saciedade, não há muito tempo, na história com que Damião de Góis descreveu em língua materna os feitos praticados graças à virtude, ao poder e à extraordinária felicidade de teu pai, o invictíssimo rei D. Manuel.

"Os feitos dos meus antepassados" — diz um — "não os ilustrou como o exigiam os seus méritos". "Foi com uma mancha" — diz outro — "que denegriu a nossa raça e o antigo esplendor da nossa nobreza". "Omitiu" — diz outro ainda — "isto ou aquilo que era importante para o louvor do nosso nome".

Afinal, D. Jerónimo Osório, partindo do texto de Salústio, apenas se limitou a explicitar de forma clara aquilo que João de Barros já tinha intuído e apresentado de modo algo camuflado.

Passemos agora a uma análise um pouco mais detalhada dos diversos textos que João de Barros nos apresenta como prólogos. É sabido que há um no início de cada Década, mas de modo algum assumem uma importância equivalente. Além disso, a extensão também é muito variável. Assim, com base na edição utilizada, a primeira década apresenta cerca de onze páginas, a segunda limita-se a quatro e meia, a terceira aumenta para vinte e uma e meia e, finalmente, a quarta chega às vinte e oito páginas.

No entanto, para o tema deste trabalho, mais importante do que a extensão é, naturalmente, o conteúdo. De facto, no primeiro prólogo, João de Barros não se apresenta a defender nenhuns conceitos, antes se limita a expor as razões que o levaram à redacção da sua obra e a fazer um breve historial da maneira como ela surgiu. Não deixa, no entanto, de referir, de

forma explícita, alguns dados que nos remetem desde logo para a tradição clássica, nomeadamente recorrendo à utilização da palavra latina *affatus* e à referência a um episódio da vida de Alexandre em que este grande estadista se lamenta de não haver mais mundo conhecido para poder chegar lá.

De resto, este primeiro prólogo defende a ideia de que as letras escritas acabam por ser mais duradouras, e, por isso, mais importantes, do que as palavras faladas já que permanecem ao longo dos séculos e permitem conservar na memória dos homens a recordação dos feitos praticados.

E ainda quiz, que este modo de elocução artificial de letras, per beneficio de perpetuidade, precedesse ao natural da falla; porque esta, sendo animada, não tem mais vida, que o instante da sua pronunciação, e passa à semelhança do tempo, que não tem regresso; e as letras, sendo huns caracteres mortos, e não animados, contém em si espirito de vida, pois a dam ácerca de nós a todalas cousas.

Este excerto que, no fundo, traduz o provérbio latino *uerba uolant, scripta manent* — as palavras voam, a escrita permanece — insere-se também numa tradição medieval do valor do livro que, já no século XV, foi assim traduzida por um autor italiano, Pier Paolo Vergerio:

*É que a memória dos homens e aquilo que se transmite de boca em boca, pouco a pouco vai-se esfumando, e no fundo dura quanto dura a idade de um homem só. Mas o que fica registado perpetuamente nos livros permanece.*⁸

É, naturalmente, com este enquadramento que surge a obra que João de Barros está a empreender e que já teve um esboço, apresentado a D. Manuel, na *Crónica do Emperador Clarimundo*.

No entanto, entre o esboço e a obra que se pretendia fazer, houve uma demora motivada não só pela morte do rei, mas também pela nomeação do autor para altos cargos administrativos que lhe roubaram quase todo o tempo disponível.

⁸ Cf. J. A. Osório, *op. cit.*, p. 469, de onde foi retirada a tradução do texto.

Curioso é um primeiro paralelismo, posteriormente desenvolvido, entre a composição desta obra literária e a construção de um edifício:

No commeter do qual trabalho, vendo eu a magestade, e grandeza da obra, não fui tão atrevido, que logo como isto desejei puzesse mãos a ella, antes tomei por cautela deste commettimento usar do modo, que tem os architectores, os quaes primeiro que ponham mão na obra, a traçam, e debuxam, e de si apresentam estes delineamentos de sua imaginação ao Senhor de cujo ha de ser o edificio.

É, aliás, com esta metáfora que se inicia o prólogo da segunda década, mas, neste caso, João de Barros vai um pouco mais longe e utiliza-a para começar a definir, perante o leitor, o seu conceito de história⁹.

Na realidade, João de Barros, quando apresenta a metáfora do edifício e defende que a década primeira corresponde aos alicerces, está a desvalorizar, de certo modo, toda a história portuguesa anterior, nomeadamente a expansão na costa ocidental de África, em comparação com aquilo que ele considera a cúpula — a conquista da Ásia —, ainda que a considere um elemento fundamental.

De facto, não se pode tirar outra conclusão da escolha

... não de pedras lavradas, e limpas, que deleitem a vista, mas duras, graves, grandes, acompanhadas d'outras, ainda que pequenas, e miudas, pera que tudo fique maciço, e a obra, que sobre ellas vier em algum tempo, por defeito de sua firmeza, e ligamento não possa arruinar. Assim nós fundamos este nosso [edificio] sobre as pedras rusticas de Guiné.

É que, a partir de agora, só os grandes feitos servem para a construção que se pretende fazer. Os pequenos, quando muito, servem de elemento de ligação para que os grandes se possam manter de forma consistente:

⁹ Recorde-se um texto de Tom Earle " 'Nosso edefício de escritura': a linguagem da arquitectura na *Ásia* de João de Barros", in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Congresso Internacional. Actas.* (Coimbra 1993) 281-290 em que se estuda a linguagem da arquitectura na *Ásia* de João de Barros, embora em contexto e com um objectivo diferentes.

Agora que o edificio começa a ser posto em vista de todo o Mundo, crescendo com Reynos, Senhorios, Cidades, Villas, e Lugares, que per conquista vai acrescentando aos primeiros fundamentos, convem escolhermos pedras lavradas, e polidas dos mais illustres feitos, que pera effeito desta obra concorrêram; e dos miudos, por a grão multidão delles, e não fazer muito entulho, não faremos mais conta, que quanto forem necessarios pera atar, e liar a parede da historia.

É no seguimento desta exposição que surge o reconhecimento de que o autor não pode agradar a todos, como já tivemos oportunidade de verificar.

As considerações anteriores apontam, de forma clara, para uma selecção dos factos a narrar com a preocupação de escolher uns e rejeitar outros e com o intuito evidente de só mostrar aquilo que pode engrandecer o "edificio" e de deixar de lado tudo o que, de qualquer modo, possa manchar a sua beleza.

O prólogo da década terceira é, todo ele, uma apologia do valor da história, sobretudo do valor da história pátria.

E se dúvidas houvesse sobre o tributo que João de Barros presta, quase em permanência, à antiguidade bastaria ler as três primeiras páginas deste prólogo em que os autores antigos mais importantes neste domínio são citados e parafraseados a todo o instante. De facto, para além de uma citação do *Timeu* de Platão, aparecem referências explícitas a Cícero e a Aristóteles que remetem para ideias defendidas por estes autores e que João de Barros pretende recuperar.

Este aspecto não é, de modo algum, invalidado pela preferência óbvia pela história contemporânea em detrimento da história antiga. De facto, neste caso, não se trata de um problema de conceitos — em que a opção vai claramente para a antiguidade — mas de *exempla* e aí a história pátria deverá ter a primazia já que João de Barros defende a utilidade da narrativa histórica.

Na realidade, este autor não censura o conhecimento da antiguidade, censura antes uma atenção desmedida à história grega e latina que tem como consequência o desconhecimento da história do próprio país:

Por isso não louvamos muito a homens, que dam razão de toda a historia Grega, e Romana; e se lhe perguntais pelo Rey passado do Reyno, em que vivem, não lhe sabem o nome, ainda que coma os bens da Coroa, que o próprio Rey dá a seu avô.

E, um pouco mais adiante, Barros explicita melhor o seu pensamento, ao defender, para além da história pátria, o estudo de todos os outros povos, com particular incidência nos Gregos e Latinos:

Quem quizer passar dos exemplos de casa, e dos vizinhos, tem a Historia Romana, Grega, e toda a outra, ainda que dos barbaros seja, porque não reprovamos estas em mais, que na precedencia de as antepõem ás naturaes, e familiares de casa.

Mas, mesmo neste caso, em que João de Barros defende o estudo da história do país natal, os argumentos invocados aparecem debaixo da autoridade dos autores antigos para assim melhor defender a sua ideia:

Da qual propriedade veio o mesmo Aristoteles fazer hum problema, perguntando: Porque os homens se deleitavam mais em a noticia das cousas que se sabem per exemplo, que por enthymenia, que he huma razão curta, de que os Logicos usam, a que Tullio chama argumento, que conclue em huma só cousa. E parece que procede o que Aristoteles pergunta; porque os exemplos tem muitas razões, causas, e vivos feitos, em que o entendimento se mais satisfaz, e deleita, que em huma só razão secca, e curta.

É com base nestes elementos que Barros atribui à história o valor de viveiro de todos os valores que devem reger a vida do homem:

E como a Historia he hum agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional, e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria pera uso de justa, e perfeita vida, com que apraz a Deus, e aos homens.

De facto, como diz Jorge Osório, João de Barros “situa a história no terreno da literatura moral — o mesmo é dizer política — reportando-se à distinção aristotélica entre ‘exemplo’ e ‘silogismo’”¹⁰.

¹⁰ Cf. *op. cit.*, p. 474.

Na realidade, repetidas vezes, insiste o autor nesta ideia, chegando mesmo a enquadrá-la em narrativas fabulosas, quando apresentam uma aparência agradável. Lembremos, apenas, alguns exemplos:

Mas porque tem tanto poder a força da eloquencia, que mais doce, e accepta he na orelha, e no animo huma fabula composta com o decóro, que lhe convem, que huma verdade sem ordem, e sem ornato, que he a forma natural della.

E, um pouco mais adiante:

porque como todos os homens graves, principalmente nas escritas moraes, a fim de doutrinar vam ordenadas, mais respeito tem a mover por exemplo, e induzimento de vivas razões, (pero que o argumento seja fabuloso) que a fé da cousa, porque a fé sem imitação de obras figura pintada he, e não viva.

E, para finalizar este tópico:

Todas estas, e outras escrituras, ainda que sejam profanas, e de argumento fingido, quando vam verdadeiras em totalas partes, e affectos, que lhe convem, são muito acceptadas, e recebidas de todos os doutos Barões; porque vendo elles com quanto fastio das gentes se recebiam a moral doutrina em argumento descuberto, e grave, ao modo de Platão, e Aristóteles, entenderam que os Escritores, que seguiram este genero de escritura, tiveram por fim dar na doçura da fábula o leite da doutrina; e por isso quando liam as taes escrituras, lançavam a casca do argumento fóra, e gostavam o fruto da interior erudição.

Mas, a narrativa histórica, tal como a literatura em geral, também pode apresentar alguns perigos e, para os prevenir, João de Barros vai apontar "alguns vícios, e defeitos" que surgem com frequência na história, ligando-os muitas vezes com as características positivas que seriam de desejar.

Assim defende que "*a primeira, e mais principal parte da Historia he a verdade dela*", mas logo se apressa a estabelecer limites para a exposição desta verdade:

porém em algumas cousas não ha de ser tanta, que se diga por ella o dito da muita justiça, que fica em crueldade,

principalmente nas cousas, que tratam da infamia de alguém, ainda que verdade sejam.

E, para explicitar melhor o seu ponto de vista, cita alguns exemplos da antiguidade que, ou não contaram toda a verdade para não se tornarem infamantes ou, então, ao apresentarem a verdade nua e crua, acabaram por prejudicar, sem necessidade, a imagem da pessoa a quem se referiam.

Defende também que o historiador não deve "*calar os louvores de alguém, ou notar suas taxas por odio, ou por comprazer a outrem*" e, como apoio para a posição defendida, cita o exemplo de Salústio em relação ao papel de Cícero na descoberta da conjuração de Catilina e o de Antonio de Nebrissa na crónica do rei D. Fernando de Castela.

A história também não deve "*contar prodígios taes, que o mesmo Tito Livio, que os escreveo na sua historia, os não cria*". Dentro deste âmbito, João de Barros ainda admite algumas hipérboles, mas mesmo essas não podem ser em número excessivo nem exageradas.

Além disso, quando se fala de príncipes, não convém mencionar os defeitos "*em que a Natureza he culpada, e não o animo delle*".

E, para exemplificar esta norma de conduta para o historiador, nada melhor do que citar o famoso exemplo do pintor que fez o retrato do pai de Alexandre Magno, Filipe da Macedónia, corroborando-o, de imediato, com outro exemplo, agora de sentido contrário, em que o protagonista é o próprio Alexandre:

tanto louvor se dá áquelle Pintor, que tirando a ElRey Philippe pai de Alexandre per natural, tomou-lhe a postura do rosto de maneira, que lhe encubrisse o defeito que tinha, que era hum olho menos. E melhor está a hum Autor per este modo dissimular os taes defeitos, que louvar os Principes de maneira, que vendo elles tanta lisonjaria, façam o que fez Alexandre; o qual offerecendo-lhe Aristobolo hum livro de muitos louvores, deo com elle em hum rio, dizendo, que desejava depois de morto tornar ao Mundo, pera ver se o louvavam tanto.

É que, para além de tudo o mais, a história deve permitir que o leitor retire dela uma lição de utilidade:

Mas escrituras, que não tem esta utilidade de lição, além de se nellas perder o tempo, que he a mais preciosa cousa da vida, barbarizam o engenho, e enchem o entendimento de cisco com a enxurrada dos feitos, e ditos que trazem. E o que he mais pera temer, escandalizam a alma, concebendo odio, e má opinião das partes infamadas per elle.

Nos casos em que não for possível vislumbrar utilidade e, dentro das condições atrás enunciadas, se esteja perante uma obra prejudicial, João de Barros não hesita em apresentar um remédio eficaz:

Por causa de evitar os quaes damnos, parece que seria cousa mui justa, por édito público, a papelada das taes escrituras ser entregue ás tendeiças pera embrulhar cominhos, como dizia Persio polos versos de alguns fracos Poetas do seu tempo.

Ficam assim claros, para o leitor de João de Barros, os conceitos que o autor defendia sobre a história e, deste modo, era também fornecida uma chave de leitura para a obra que tinha em mãos.

De facto, a nossa leitura desta obra seria, certamente, muito diferente sem todas estas indicações, pois não há comparação possível entre a leitura de uma obra que pretende retratar a verdade tal qual ela é e uma outra em que a mesma verdade é apresentada de modo a construir a cúpula de um edifício harmonioso e belo, onde os defeitos dos príncipes nem sequer são mencionados e com a qual se pretende transmitir aos leitores uma lição que possa apresentar utilidade para o dia a dia, nomeadamente no campo da acção política, no sentido etimológico da palavra.

Não é, pois, de estranhar que o público não tenha recebido a obra de acordo com o desejo do seu autor. Aliás, como já tivemos oportunidade de ver, ele próprio tinha previsto algo de semelhante, mas a realidade parece ter ultrapassado todas as suas expectativas. Pelos vistos, os ataques foram de tal ordem que o autor, no início da década quarta, acabou por substituir o prólogo por uma apologia, para assim poder fazer a defesa das suas posições.

Este facto nem sequer era estranho dentro da antiguidade clássica que João de Barros tanta apreciava. Na verdade, para só falarmos de dois autores de teatro de épocas relativamente próximas, temos quase em

simultâneo dois tipos de prólogos diferentes: de um lado, os prólogos expositivos de Plauto em que o autor aproveita para, de algum modo, antecipar o enredo da comédia que se vai representar; do outro lado, os prólogos de Terêncio, um comediógrafo cuja fortuna foi bem menos feliz junto dos espectadores romanos, que aproveita os prólogos das suas peças para polemizar com os seus adversários, apresentando a resposta às acusações que lhe eram feitas.

Como é natural, João de Barros aparece agora a recuperar a posição de Terêncio ainda que se apresente de modo ligeiramente diferente:

necessario he que andemos com a mesma abusão do tempo, e que em lugar de Prologo desta quarta, e ultima Decada, façamos Apologia, e defensão nossa para todas. Isto não por responder a alguns competidores, como se aqueixava Terencio nos seus Prologos apologeticos, pois louvado Deos nesta parte de competir neste nosso trabalho pacífica he a terra; mas para nos desculpar a quatro generos de homens censores delle.

Esta diferença em relação a Terêncio, que João de Barros nos apresenta, é uma questão de pormenor já que, embora as acusações a Terêncio fossem feitas, possivelmente, pelos seus competidores, o cerne da questão é a defesa que o autor apresenta das suas próprias posições. Vejamos, a título de exemplo, o caso do prólogo de *Os dois irmãos*:

*Postquam poeta sensit scripturam suam
Ab iniquis obseruari, et aduersarios
Rapere in peiorem partem quam acturi sumus,
Indicio de se ipse erit: uos eritis iudices
Laudin an uitio duci factum oporteat.
[.....]
Nam quod isti dicunt maleuoli, homines nobilis
hunc adiutare adsidueque una scribere,
Quod illi maledictum uehemens esse existimant,
Eam laudem hic ducit maximam, cum illis placet
qui uobis uniuersis et populo placent,
Quorum opera in bello, in otio, in negotio
Suo quisque tempore usust sine superbia.¹¹*

¹¹ Terêncio, *Adelphoe*, 1-21.

Já reparou o nosso poeta que anda gente maligna apostada em espiar as suas obras: e que os seus adversários se apressam a desfazer na peça que vamos representar. Por isso ele a si mesmo se quer denunciar: vocês serão os juizes e dirão se a prática merece louvor ou vitupério.

[...]

Quanto ao que dizem esses praguentos — que há gente de boas famílias que ajuda o nosso homem e com ele assiduamente colabora na redacção das suas obras —, o que esses tais reputam uma tremenda acusação considera-o este o maior dos louvores. Porque isto significa que ele agrada àqueles que a vocês todos e ao povo agradam. Da acção daqueles homens — na guerra, na paz, nas actividades do dia-a-dia —, cada qual se valeu na hora própria, e sem com isso sofrer agravos de presunção.¹²

Parece, pois, evidente um paralelismo entre os dois autores com a única diferença de João de Barros não responder directamente a colegas do mesmo ofício, mas apenas a uma série de críticos da sua obra e do seu comportamento.

Curiosa é a primeira resposta dada aos Ignorantes e aos Doutos em que o autor utiliza dois exemplos do famoso pintor Apeles: o primeiro é o conhecidíssimo episódio do sapateiro e do pintor que deu origem ao provérbio "não vá o sapateiro além da chinela"; o segundo, muito menos conhecido, não deixa de ser uma crítica muito mais forte. Trata-se de um caso muito semelhante ao anterior só que, em vez do sapateiro, é um médico o outro interveniente e, quando o médico começa a censurar nos quadros do pintor aspectos para os quais não tinha competência, a censura de Apeles é assim apresentada no texto de João de Barros em clara alusão às muitas mortes que o médico causava ao tratar os seus doentes:

As minhas obras julgam-se, porque se vem, e as vossas não, porque as metteis debaixo da terra, onde ninguém as póde ver.

Um pouco mais adiante, na continuação da sua defesa, não deixa de tocar em tópico já muito glosado: trata-se da queixa em relação aos

¹² Tradução de Walter de Sousa Medeiros in Terêncio, *Os dois irmãos*. Introdução, versão do latim e notas de (Coimbra 1983).

poucos proveitos económicos que se tiram da dedicação às letras e, no caso concreto de João de Barros, da dedicação à narrativa histórica.

Ainda que de forma muito ténue, esta queixa faz lembrar o poeta hispânico Marcial que, a determinada altura da sua vida, desiludido com a penúria que, por vezes, tinha de suportar, se lamenta sob a forma de um conselho dado em resposta ao pedido de um amigo:

*Cui tradas, Lupe, filium magistro,
quaeris sollicitus diu rogasque.
Omnes grammaticosque rhetorasque
deuites moneo: [...]
Artes discere uolt pecuniosas?
Fac discat citharoedus aut choraules.*¹³

A que mestre, ó Lopo, hás-de confiar o teu filho? É o que, angustiado, há longo tempo procuras e me perguntas. Foge de todos os gramáticos e retores, é o que aconselho. [...] Ele quer aprender uma profissão lucrativa? Faz com que ele aprenda a de citarista ou de flautista.

Como se vê, não é de hoje o lamento dos poetas e dos homens de letras.

O recurso à antiguidade vai continuar quer com a utilização de citações ou de paráfrases, quer com o uso de *exempla* colhidos na história da Grécia e de Roma.

Surge, por exemplo, uma nova utilização da vida de Apeles e, mais adiante, um episódio da vida de Fúrio Cresino Liberto.

Avança, depois, para uma referência alargada a alguns estadistas que também se dedicaram à literatura, tal como Júlio César, Dom Afonso de Castela, Carlos Quinto, etc..

Quase a terminar — e para se defender perante os seus próprios familiares — cita o exemplo de Tales de Mileto que só se dedicava ao estudo, não ligando nada às riquezas e, por isso, era fortemente censurado. Esta censura foi acontecendo até ao momento em que o sábio quis dar uma lição aos seus críticos e, através dos seus estudos, descobriu que o ano seguinte teria uma má produção de azeite pelo que comprou

¹³ 5. 56. 1-4, 8-9.

uma enorme quantidade no ano anterior para que, quando chegasse a carestia, o pudesse vender por bom preço e ganhar muito dinheiro. E assim aconteceu o que levou o sábio a dizer aos críticos que só não enriquecia porque preferia dedicar-se apenas aos seus estudos.

E quando estáríamos à espera que João de Barros aplicasse o *exemplum* a si próprio e ficasse por aí, somos surpreendidos com um ligeiro avanço em que joga com as características específicas do azeite para dizer que não tem interesse em enriquecer para além de um mínimo indispensável.

Porém como esta claridade de azeite tem hum certo termo de luz, que he até a sombra da morte, e mais por ser azeite leixa às vezes nodoas, que duram eternamente.

Fizemos um dos percursos possíveis pelos prólogos de João de Barros e, nesta nossa caminhada, fomos encontrando o autor a defender os seus pontos de vista (e a sua prática) no que se refere à concepção de história. Verificámos também que, apesar de em determinada altura dizer expressamente que se deve preferir a história pátria à história da antiguidade, a sua prática como que contradiz a sua teoria já que, a todo o momento, deparamos com referências mais ou menos evidentes à antiguidade clássica. De facto, encontramos, entre outras coisas, citações, paráfrases, referências a autores e personagens, utilização de *exempla*.

É, pois, sem receio de qualquer desmentido que podemos afirmar que os prólogos de João de Barros servem para ele expressar alguns dos seus conceitos sobre a história, mas, em simultâneo, são um tributo que o autor presta a toda a antiguidade.